PODER

Reforma do Judiciário deve ser com diálogo

Presidente do STF, Fachin diz que mudanças institucionais precisam ser discutidas pelos Poderes e não podem servir para enfraquecer a independência dos tribunais

» ALÍCIA BERNARDES

Gustavo Moreno/STF



No STF, Edson Fachin participou de encontro de representantes das Cortes Supremas do Mercosul

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, defendeu que eventuais reformas no Poder Judiciário sejam conduzidas por meio do diálogo entre as instituições, sem iniciativas que representem enfraquecimento da autonomia dos tribunais. Em discurso na abertura de um encontro de representantes das supremas cortes dos países integrantes do Mercosul, ontem, em Brasília, o ministro afirmou que a independência judicial deve estar associada à integridade, à transparência e à responsabilidade dos juízes.

Para Fachin, a autonomia da magistratura não representa um benefício corporativo, mas uma garantia oferecida à sociedade para assegurar o funcionamento do Estado Democrático de Direito. Ele ressaltou, contudo, que a independência precisa ser acompanhada de mecanismos que fortaleçam a legitimidade das decisões. Nesse sentido, apontou a fundamentação dos julgamentos, a atuação colegiada e a autocontenção como princípios essenciais para preservar a autoridade do Judiciário.

A manifestação ocorre em um momento de intensificação das discussões sobre mudanças no funcionamento do Supremo e do sistema de Justiça. A reforma do Judiciário foi uma das pautas levantadas durante a última disputa eleitoral, especialmente por setores ligados ao bolsonarismo e a grupos críticos à atuação da Corte. O assunto voltou a ganhar força diante das repercussões do caso do Banco Master, que ampliou a pressão política sobre o tribunal e alimentou questionamentos sobre a conduta de integrantes do Judiciário.

Sem mencionar diretamente os episódios envolvendo o escândalo financeiro, Fachin defendeu que reformas institucionais sejam construídas com a participação do próprio Judiciário e em interlocução com os demais Poderes e a sociedade.

Na avaliação do presidente do STF, mudanças legítimas precisam buscar eficiência e aperfeiçoamento dos serviços prestados à população, sem comprometer as garantias constitucionais. O ministro advertiu que nenhuma proposta comprometida com a democracia pode se transformar em instrumento de enfraquecimento da independência judicial.

> **Não se deve promover uma reforma contra o Poder Judiciário, mas construir reformas com o Poder Judiciário, em diálogo com os demais Poderes, com as funções essenciais à Justiça, com a academia e com a sociedade"**
>
> ***Edson Fachin,*** *presidente do STF*

A defesa de maior responsabilidade na magistratura também dialoga com uma das principais iniciativas da gestão de Fachin: a discussão de um **código de ética** para os ministros do Supremo. A proposta, que busca estabelecer parâmetros de conduta e reforçar a confiança pública na instituição, enfrenta resistências e divergências entre integrantes da própria Corte. Ao tratar do tema, o presidente tem defendido que a autoridade do Judiciário não depende apenas das prerrogativas constitucionais, mas também da demonstração de integridade por parte de seus integrantes.

Durante o discurso, Fachin fez uma defesa enfática da prudência na atuação dos magistrados e criticou decisões orientadas pelo voluntarismo. "Não se defende o Estado de Direito suspendendo arbitrariamente o direito. Não se protege a liberdade mediante a negação indiscriminada das liberdades. Não se combate o abuso de poder mediante a instituição de novos abusos", frisou.

Ele também ressaltou que o princípio da maioria, embora indispensável à democracia, não autoriza a supressão de direitos fundamentais nem a destruição das condições institucionais necessárias à alternância de poder. Segundo destacou, a Constituição deve proteger a democracia, inclusive diante de tentativas de esvaziá-la por meio de instrumentos aparentemente legais.

Adiamento para 2027

O STF estuda uma proposta de reforma do Judiciário por meio de um grupo de juristas criado por Fachin em junho. O prazo para conclusão dos trabalhos foi fixado inicialmente para 19 de dezembro, mas integrantes do grupo defendem o adiamento do debate para 2027 para incluir o Executivo e o Legislativo nas discussões e buscar um "pacto republicano" entre os Poderes.

Veto a visitas políticas a Bolsonaro

» ARMANDO HOLANDA

Gustavo Moreno/STF



Ministro negou pedidos feitos por pré-candidatos à Presidência do Senado

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou os pedidos de visita dos senadores Rogério Marinho (PL-RN) e Tereza Cristina (PP-MS) ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Ambos são pré-candidatos ao comando do Senado. Na decisão, o magistrado ressaltou que o ex-chefe do Executivo — condenado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes — está com os direitos políticos suspensos e impedido de participar de articulações partidárias.

O veto ocorre em meio às movimentações da oposição para definir quem disputará a Presidência do Senado em fevereiro de 2027. Nos bastidores, o apoio de Bolsonaro é considerado um trunfo para consolidar uma candidatura entre os parlamentares da direita. Marinho, que coordenou a campanha presidencial derrotada de Flávio Bolsonaro (PL-RJ), tenta o aval da ala mais próxima ao ex-presidente. Tereza Cristina, por sua vez, aposta no diálogo com setores conservadores e de centro-direita para ampliar sua base de sustentação.

Ao justificar a negativa, Moraes destacou que a execução da pena impede Bolsonaro de exercer atividades políticas, mesmo dentro de sua residência. "Estando no curso da execução de sua pena privativa de liberdade imposta em decisão transitada em julgado, consequentemente, está com todos os seus direitos políticos suspensos por expressa determinação constitucional, inclusive o exercício de atividade político-partidária", apontou.

Moraes também afirmou que a prisão domiciliar não autoriza o uso do imóvel "como escritório político, funcionando como verdadeira extensão da sede de partido político, para o exercício de ostensiva atividade político-partidária". Segundo o ministro, permitir os encontros abriria espaço para a interferência do ex-presidente em decisões reservadas aos parlamentares e às respectivas legendas.

"O pedido feito pela defesa (para o recebimento das visitas) vai de encontro ao disposto na Constituição Federal, pois pretende que se autorize o sentenciado, mesmo durante a execução de sua pena privativa de liberdade, a exercer parcialmente seus direitos políticos, realizando flagrante atividade político-partidária, com reuniões e articulações para diretamente atuar na coordenação decisória de competência única de parlamentares e seus respectivos partidos", frisou.

Cargo estratégico

A eleição para a Presidência do Senado ganhou peso após o resultado das urnas em outubro. A oposição tenta aproveitar a nova composição do Congresso para ampliar sua influência sobre a pauta legislativa e impor dificuldades ao quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O desafio, porém, passa pela construção de uma candidatura capaz de reunir diferentes correntes da direita e atrair votos de parlamentares independentes.

Entre os principais interesses em jogo, está a relação com o Judiciário. Cabe ao Senado analisar indicações presidenciais ao STF e processar eventuais pedidos de impeachment contra ministros da Corte. A Presidência da Casa tem papel decisivo na condução desses processos, o que tornou a luta pelo posto uma das prioridades dos grupos mais alinhados ao bolsonarismo.

Do outro lado, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), trabalha para preservar sua influência sobre a Casa. O senador mantém interlocução com diferentes partidos e busca reunir apoios para a recondução ao cargo. A fragmentação dos adversários é vista como um fator que pode favorecê-lo, sobretudo diante das dificuldades da oposição de chegar a um nome de consenso.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Lula negocia com Centrão sob duplo ataque especulativo ao ajuste fiscal

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encerra a primeira viagem internacional depois da reeleição com resultados que gostaria de encontrar em Brasília. Na Turquia, levou à cúpula de líderes da COP31 propostas para zerar o desmatamento e fazer a transição para o fim do uso de combustíveis fósseis. Em Manila, na primeira visita de um chefe de Estado brasileiro às Filipinas, defendeu dobrar o comércio com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). O agronegócio brasileiro teve superavit superior a US$ 11 bilhões com o bloco em 2025. Na volta, reuniu-se em Madri com Pedro Sánchez, que comemorou a reeleição do brasileiro.

Em Brasília, Lula precisa negociar com Davi Alcolumbre (União-AP) o preenchimento da vaga de Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal e arbitrar uma disputa que põe em jogo o comando da Fazenda no quarto mandato. O ajuste fiscal preparado pela equipe de Dario Durigan e Bruno Moretti mal passou pela primeira votação no Senado e já sofre pressão em duas frentes. A Faria Lima cobra cortes mais profundos. Uma ala do PT vê no pacote uma concessão ao mercado e quer mudar também o comando da política econômica.

Alcolumbre já mostrou seu peso nessa equação. Em abril, o Senado rejeitou Jorge Messias por 42 votos a 34, com uma abstenção. Foi a primeira rejeição de um indicado ao Supremo em 132 anos. Messias havia passado pela Comissão de Constituição e Justiça por 16 a 11, mas ficou a sete votos dos 41 exigidos no plenário. Lula cogita conversar com Alcolumbre nesta semana. Simone Tebet aparece entre os nomes em circulação, e uma nova indicação de Messias ainda é aventada. A conversa envolve o nome e o calendário. Um acordo com o Senado antes do anúncio do novo nome é uma questão de bom senso.

Lula também depende de Alcolumbre para a aprovação do texto-base do ajuste por 45 a 31. Moretti, ministro do Planejamento, apresentou as medidas à Comissão Mista de Orçamento, e o senador Jaques Wagner (PT-BA) protocolou o projeto a pedido do governo. O substitutivo de Eduardo Braga (MDB-AM) tem impacto estimado de R$ 45,1 bilhões a R$ 56,1 bilhões no resultado primário de 2027. Prevê redução de 10% em incentivos tributários atingidos pelo texto e limita a 2% o crescimento real das despesas nos anos em que houver contenção fiscal, ante o teto de 2,5%. Ainda faltam quatro destaques no Senado e toda a tramitação na Câmara para o Orçamento ser aprovado.

> A DISPUTA PELA FAZENDA JÁ INTERFERE NA VOTAÇÃO DO AJUSTE. A INDEFINIÇÃO SOBRE QUEM EXECUTARÁ O ORÇAMENTO DE 2027 DÁ AOS ADVERSÁRIOS DO PACOTE UM MOTIVO PARA EXIGIR MUDANÇAS

O primeiro ataque especulativo ao ajuste fiscal veio nos preços. Nessa segunda-feira, o dólar subiu 2,12%, fechou a R$ 5,776 e atingiu a maior cotação desde abril de 2025. O Ibovespa perdeu 1,83%. A dívida bruta chegou a 82,9% do PIB em setembro, e parte do mercado considera o pacote insuficiente para contê-la. O Focus agravou o quadro para 2027. Em uma semana, a projeção de crescimento caiu de 1,15% para 1,02%, a de inflação subiu de 4,9% para 5% e a da Selic no fim do ano passou de 12,5% para 12,75%. A aposta é que o próximo governo terá menos crescimento e menos espaço para baixar os juros, ou seja, um cenário de risco de estagflação.

Governabilidade

O segundo ataque é político e veio de uma avaliação de que já se caminha para esse cenário. Vice-líder do governo no Congresso, Lindbergh Farias (PT-RJ) acusou Moretti de conduzir o ajuste de "modo autoritário" e disse que a proposta chegou sem consulta a líderes da base. Seu argumento é que combinar contenção fiscal com juros altos numa economia em desaceleração agrava o risco de recessão. Moretti reagiu à "pequena fração sectária do campo da esquerda" e afirmou que o projeto preserva a regra do salário-mínimo e os pisos da saúde e da educação. Segundo ele, as duas áreas terão juntas cerca de R$ 30 bilhões a mais em 2027. A bancada petista orientou voto favorável no Senado. Na Câmara, porém, deputados querem mudar o ajuste.

A ofensiva petista vai além do Orçamento. A bancada na Câmara quer vincular o Banco Central à Fazenda e fazer coincidir o mandato de seu presidente com o do chefe do Executivo. Lindbergh já havia acusado o mercado de sabotar Lula e cobrado de Gabriel Galípolo uma redução dos juros. O Copom manteve a Selic em 13,75% em 4 de novembro. Galípolo reconhece a perda de fôlego da atividade, mas aponta o câmbio, o petróleo e o El Niño como fontes de pressão sobre os preços. A guinada defendida por essa ala do PT mira, simultaneamente, os instrumentos de política monetária e a composição da equipe econômica.

A permanência de Durigan virou parte da disputa. Um grupo ligado a Fernando Haddad trabalha pela sua continuidade, enquanto Geraldo Alckmin e o governador do Piauí, Rafael Fonteles, aparecem entre os cotados. A disputa pela Fazenda já interfere na votação do ajuste. Cada dúvida sobre quem executará o Orçamento de 2027 dá aos adversários do pacote um motivo para adiar a decisão ou exigir mudanças. Lula precisa dos votos que Alcolumbre ajuda a reunir no Senado e de uma maioria que Hugo Motta terá de organizar na Câmara. Para obtê-los, terá de dizer quanto do ajuste está disposto a bancar e quem terá autoridade para executá-lo. Além disso, definir qual será a participação dos partidos do Centrão no seu governo, sem repetir o formado do atual mandato, para ter uma governabilidade estável.